

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS FEMINISTAS. Sarah de Freitas Reis, Lidia Maria Vianna Possas. - Interáreas – Relações Internacionais - Departamento de Ciências Políticas e Econômicas - Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Este trabalho vem sendo desenvolvido na forma de Iniciação Científica, intitulado “Repensando as 'high politics' sob a perspectiva feminista das Relações Internacionais: um olhar sobre a cultura política na América Latina”, e consiste de revisão bibliográfica abrangendo conteúdos tradicionalmente estudados na disciplina, e as perspectivas feministas no campo das RI. Adotaram-se, para esta pesquisa, os procedimentos de análises textual, temática e interpretativa. Partindo da hipótese de que as Relações Internacionais tradicionais são permeadas por discursos “generificados” que, acredita-se, resultam em condicionamentos masculinistas cristalizados em barreiras à atuação feminina tanto na teoria quanto na prática política, as considerações deste trabalho consistem em conclusões parciais da pesquisa.

As inquietações que provocaram o desenvolvimento do presente trabalho têm a ver com o fato de que as Relações Internacionais estiveram, por muito tempo, distantes da participação das mulheres. Tal fato, ressaltado por autores como Halliday (1999)¹ e Messari (2005), é evidente ao se observar o campo da prática política: em 2005, por exemplo, a representação feminina em todas as instâncias de atuação política estava perto de 16% em todo o mundo (WOMEN... 2006). O ideal de paridade, portanto, continua distante: ainda são apenas 11 o número de mulheres no topo do poder político mundial, contrastando com os 182 países governados por presidentes ou primeiros-ministros do sexo masculino (HARAZIM, 2006). Dados como esses confirmam que a vida política continua sendo predominantemente masculina (AVELAR, 2001) e que, apesar de se sugerir que as transições democráticas estão abrindo espaço para a participação política feminina, sua presença formal não tem sido grande. Mesmo nas Organizações Internacionais verifica-se menor participação do que em instituições do Estado: nos primeiros anos da ONU, a presença feminina foi mínima, totalizando menos de 5% dos delegados da Assembleia Geral em 1946. Elas também participaram dos planos de fundação da ONU, mas foram canalizadas para comitês que lidavam com a igualdade de mulheres ou outros assuntos sociais. Além disso, a representação feminina em posições sênior continua difícil: na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança, em 1997, as mulheres lideraram as delegações de apenas 7 dos 185 países-membros (TICKNER, 2001b). São constatações como estas que intrigam e provocam o questionamento de que, se as mulheres totalizam cerca de 50% da humanidade, por que razão sua representatividade nessas esferas tem sido tão reduzida? Estimulados por questões como essas, teóricos feministas buscam revelar barreiras impostas pela conformação masculinista da política, economia, instituições e cristalizada no Estado, compondo o que se chama de “Perspectivas Feministas nas Relações Internacionais” ou “Relações Internacionais Feministas”.

Tais perspectivas emergiram do terceiro debate no campo, ocorrido a partir da década de 1980 e que refletiu movimentos mais amplos nas ciências sociais². Seguindo a discussões teóricas que serviram para assentar os limites do campo (primeiro debate: realistas *versus* idealistas), e estabelecer metodologias apropriadas (segundo debate: realistas *versus* neorealistas), o terceiro embate ocorreu entre positivismo e pós-positivismo (YOUNGS, 1999); as discussões convergiram para temas de epistemologia e método, e o debate trouxe uma novidade ao colocar a teoria como forma de discurso e a necessidade de se entender o poder envolvido na produção do conhecimento. Começou-se, então, a levantar questões na tentativa de “desconstruir” a teoria em relações internacionais (por que, onde, para quem foi produzida, com que propósitos e a quem é direcionada). Essas questões seriam fundamentais na construção de um corpo teórico orientado no sentido de ver o Estado não como uma realidade política independente das idéias, mas como um produto de interações entre agentes, sujeitos, influências práticas e preconceitos, todos influenciando aquilo que antes tomávamos como “dado” ou

¹ O autor em questão dedica um capítulo de seu livro à ausência das mulheres na arena internacional, tratando dos possíveis motivos dessa ausência e fazendo referências às teóricas feministas que se ocupam do tema.

² A fundamentação teórica desses movimentos parte principalmente da influência de pensadores como Jacques Derrida, Michel Foucault (1998) e Gilles Deleuze, os chamados pós-estruturalistas.

“natural” (SYLVESTER, 2000). A naturalização (realista) do Estado (como ator racional confrontando uma realidade externa e objetiva) passou, portanto, a ser criticada como sendo uma premissa que obscurece as relações sociais inerentes aos Estados e as identidades envolvidas na sua construção. Nesse contexto é que se delineiam as contribuições da visão feminista do campo. Inspiradas nos estudos feministas da teoria política³, tais perspectivas se apóiam nas contribuições do estudo de gênero com críticas consideradas (mesmo pelos seus estudiosos) mais radicais do que as demais perspectivas oriundas do terceiro debate. A categoria “gênero”, segundo Youngs (1999) molda direta e indiretamente as relações, práticas diárias e compreensões de quem somos como indivíduos e como parte de uma ‘comunidade imaginada’ mais ampla. Não se trata, como coloca Sylvester (2000), de categorias de gênero permanentes, imutáveis, determinantes e essenciais. Em vez disso, é a visão de “homens” e “mulheres” como sujeitos socialmente construídos, que são atrelados a uma politização de anatomias levemente diferentes, de forma que essa politização sustenta grandes divisões de trabalho, tratamento, *lugares e poder*.

Ou seja, o Estado é constituído por relações sociais, por pessoas, e é preciso entender como essas pessoas constroem suas identidades para poder dar conta de tudo o que envolve as relações mais amplas; todas estas relações têm, na sua base, pessoas. Além disso, as relações entre as pessoas são construídas também ligadas a espaços; notadamente, a adoção da categoria “gênero” permite-nos perceber a naturalização da divisão entre os espaços público e privado. Essa percepção é significativa, já que as mulheres sempre tiveram seu espaço restrito ao âmbito privado (doméstico), enquanto a esfera do político sempre foi atribuída ao domínio público, portanto, alheio a elas.

Os estudos feministas apontam para que se atente ao poder (patriarcal) que legitima as separações entre público e privado, sua divisão em papéis de gênero, e os processos de socialização e normalização que os mantêm (YOUNGS, 1999). Tais processos envolvem a generificação de espaços sociais e a fixação de identidades a eles, incluindo a *percepção de um acesso diferenciado a* (ou associação com) esses espaços. As feministas têm enfatizado, ao denunciar essas divisões, como os papéis sociais e subjetividades das mulheres têm sido definidos por sua associação com a esfera privada ou doméstica, e a elas têm sido dado acesso limitado ao domínio público. Como coloca Tickner (2001b), a definição de gênero resulta nessa divisão, uma vez que, por se tratar de um conjunto de características variáveis, mas socialmente e culturalmente construídas, aquelas tais como poder, autonomia, racionalidade, atividade e espaço público são associadas com a masculinidade; enquanto seus opostos – fraqueza, dependência/conexão, emocionalidade, passividade e espaço privado são associadas com a feminilidade. A autora acredita que há evidências de que ambos homens e mulheres atribuem um valor mais positivo a essas características masculinas, o que denota um tipo de “masculinidade hegemônica”.

Acredita-se que essa divisão generificada de espaços/papéis/identidades é uma questão central para os estudos feministas e que reflete em números desproporcionalmente baixos de mulheres em posições de elite (como por exemplo na elaboração da política externa dos países), bem como sua ausência histórica no discurso acadêmico das RI (TICKNER, 2001b). O discurso das RI conforma o que, segundo Pettman (2005), seriam relações sociais (incluindo políticas globais) aparentemente neutras de gênero, mas que são, na verdade, universalizações de experiências e conhecimento masculinos e, portanto, parciais. Essa universalização é atribuída por Youngs (1999) ao fato de que, apesar de os debates terem transformado as perspectivas existentes e terem possibilitado a inserção de novas questões no campo, o estatocentrismo⁴ enquanto paradigma dominante permanece como um confinamento à disciplina, que impede a adoção de perspectivas mais abertas (o que seria chamado de “relações globais”). A visão de relações internacionais enquanto “globais” permitiria, segundo a autora, que se levassem em conta outras dinâmicas sociais também relacionadas à disciplina e que, por ora, são ignoradas (ou seja, não são consideradas como fatores relevantes na construção da disciplina).

³ Elshtain (1981), Pitkin (1984) e Pateman (1992) são frequentemente utilizadas pelos estudiosos feministas das RI, uma vez que lançaram bases e grandes contribuições à aplicação da categoria “gênero” no campo da Ciência Política.

⁴ A autora define o estatocentrismo como uma forma de pensamento que coloca o Estado como entidade acabada, única e dada; isto é, não se levam em conta a sua historicidade, nem as relações sociais que o permeiam. Tal forma de pensamento, segundo a autora, acaba por conferir limitado poder explicativo não apenas ao realismo, como também às perspectivas que se seguiram, como o neorealismo e o (neo)institucionalismo.

Acredita-se que, se o global deve ser significativo, ele deve representar a experiência humana global, incluindo aquela das mulheres em todas as posições sociais, em todos os países do mundo. Essas críticas têm ajudado a se refazer as RI como campo acadêmico orientado no sentido de completa e compreensão, em vez de parciais e limitadas consciências sobre as relações sociais de poder.

Para isso é preciso se fazer uso de diferentes formas de pesquisa; conforme argumenta Tickner (2001a), a pesquisa feminista olha para cima e para baixo ao mesmo tempo, tanto para as estruturas como para os agentes. O olhar “para baixo” envolve investigações baseadas nas vidas daqueles que não são normalmente considerados sujeitos do conhecimento; ressalta, ainda, que esse tipo de pesquisa pode envolver a necessidade de olhar para pessoas e dados em lugares “estranhos”, ou seja, em um nível mais baixo do que as chamadas “baixas políticas”. Geralmente, por isso, a pesquisa feminista é assentada em atividades do cotidiano das pessoas ou na leitura próxima de textos que podem oferecer interpretações sobre como as pessoas constroem seus mundos e, então, agem sobre ele.

Dessa forma, consegue-se que não apenas localizar as mulheres mas perceber, também, as estruturas generificadas em que elas estão enredadas. As pesquisas feministas geralmente buscam investigar como o sistema internacional e a economia global contribuem à subordinação das mulheres e outros grupos, porque acredita-se que as respostas a tais questões podem revelar que aquilo que é dado como garantido (na forma como o mundo é organizado) é, na verdade, legitimador de certos arranjos sociais que contribuem para a subordinação das mulheres e outros grupos desvantajados (SYLVESTER, 2000). Uma vez conscientes dessa subordinação, espera-se poder incluir as visões das mulheres sobre assuntos como política, paz e bem-estar que resultem em uma compreensão mais global e inclusiva das Relações Internacionais e que, conseqüentemente, abra espaço e atenda às necessidades de uma porção mais ampla da humanidade.

Referências Bibliográficas

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na Elite Política Brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora Unesp, 2001, pág. 37.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Public Man, Private Woman**. Princeton: Princeton University Press, 1981.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo, Loyola, 1998.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

HARAZIM, Dorritt. Elas se casaram com o poder. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22. jan. 2006. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/jornal/mundo/190025681.asp>> Acesso em: 23 jan. 2006.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

PATEMAN, Carol. **The Sexual Contract**. Stanford, California: Stanford University Press, 1992.

PETTMAN, Jan Jindy. Gendered Issues. In: BAYLIS, J; SMITH, S. **The Globalization of World Politics – An Introduction to International Relations**. Oxford, Oxford University Press, 2005.

PITKIN, Hannah F. **Fortune is a Woman: Gender and Politics in the Thought of Niccolo Machiavelli**. Berkeley: University of California Press, 1984.

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TICKNER, J. Ann. Feminist Perspectives on International Relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth. **Handbook of International Relations**. Londres: SAGE Publications, 2001(a).

_____. **Gendering World Politics: issues and approaches in the post-cold war era**. New York: Columbia University Press, 2001(b).

WOMEN in Politics. International Institute for Democracy and Electoral Assistance – IDEA. Stocolmo, Suécia, 07 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.idea.int/gender/index.cfm>>. Acesso em: 15 fev. 2006

YOUNGS, Gillian. **International Relations in a Global Age: a conceptual challenge**. Cambridge: Polity Press, 1999.

Bolsa: FAPESP